



Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Insper, é autor de "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?", e colunista da Folha de S.Paulo



Plantando um futuro medíocre

Decisões acertadas do passado estão sendo desmontadas

Os bons e maus números de PIB e inflação costumam ser associados às políticas implementadas pelo governo do momento. Mas, na realidade, muito do que se colhe no presente é consequência de políticas do passado.

Por exemplo, boa parte do desastre do governo Dilma decorreu de equívocos das gestões anteriores de Lula, como argumentei nesta coluna aqui. Por outro lado, a força do mercado de trabalho formal, observada atualmente, tem sido atribuída à reforma trabalhista de 2017.

O que o governo e as instituições públicas estão fazendo hoje influenciará nosso desempenho futuro. Isso é preocupante. Importantes fontes de dinamismo econômico, construídas por decisões acertadas do passado, estão sendo desmontadas, sinalizando um futuro medíocre.

O fim do monopólio da Petróbras, em 1997, expôs a empresa à

competição e a forçou a se modernizar. A governança melhorou, a influência do governo diminuiu, atividades de baixo retorno foram deixadas de lado. Joint ventures com outras empresas alavancaram a pesquisa, desembocando na descoberta do pré-sal. Hoje, o petróleo rivaliza com a soja como principal produto de exportação.

O governo, contudo, está reorientando a empresa para atender suas políticas de controle de preços e incentivos setoriais. Reproduz um modelo que, apenas uma década atrás, corroeu o valor da empresa, atrasou a exploração de petróleo e abriu as portas para a corrupção. E que custou caro para consertar.

Outro fator positivo para o crescimento atual é a expansão do mercado privado de capitais, que provê financiamento de longo prazo aos investimentos privados. Nos anos 2000, após reformas do mercado de crédito, iniciou-se o

crescimento do mercado de capitais privado. Porém, a partir de 2005/6, o governo optou por expandir o crédito público subsidiado via BNDES, expulsando os mecanismos privados de captação e introduzindo critérios políticos na alocação da poupança, o que reduziu a qualidade dos investimentos e, conseqüentemente, o potencial de crescimento econômico.

Quando, a partir de 2016, se reduziu a presença dos bancos estatais e os subsídios creditícios por eles concedidos, o mercado de capitais ressurgiu com força.

Vemos, agora, o retorno do protagonismo do crédito público, com o BNDES sendo autorizado a captar recursos com títulos próprios e isenção tributária, a recriação de várias modalidades de taxas de juros subsidiadas, e a expansão dos desembolsos dos bancos públicos. Para piorar, esses recursos vão financiar um plano de proteção de produtores internos contra a con-

corrência internacional.

A autonomia do Banco Central, inovação bem-sucedida adotada por países desenvolvidos desde meados do século passado, que ganhou força a partir dos anos 1990, chegou tardiamente ao Brasil e tem sido essencial para preservar a inflação sob controle. Contudo, o Presidente da República, o Ministro da Fazenda e o PT deixam clara a intenção de controlar as decisões do COPOM.

Uma condição necessária para o bom desempenho econômico de longo prazo é a estabilidade das regras, os checks and balances entre os poderes e o adequado funcionamento da instituições reguladoras. Isso assegura um ambiente de estabilidade de regras e segurança jurídica. Também neste quesito vamos mal.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que há alguns anos recebia premiações internacionais, foi politicamente capturado, e acaba de cancelar ações anticoncorrenciais da Petrobras, que facilitará os planos de uso político da petroleira.

O STF parece abdicar de neu-

tralidade política para fazer dobradinha com o Poder Executivo seja suspendendo a lei das estatais, para viabilizar a ocupação política de suas diretorias, seja concedendo liminar sob encomenda para facilitar negociações do Executivo com o Legislativo. Ao mesmo tempo, um de seus ministros anula processo de corrupção no qual figura como um dos acusados.

O Legislativo balcanizou o orçamento público, direcionando quase R\$ 50 bilhões anuais para as preferências individuais dos parlamentares, sem qualquer avaliação de custo-benefício da aplicação do dinheiro. Um procedimento que não encontra paralelo no mundo, e que é porta aberta para a corrupção.

Em contraposição a este cenário negativo, temos o avanço de uma reforma tributária modernizante e capaz de aumentar a eficiência da economia. Este é um legado positivo. É preciso, contudo, evitar que a regulamentação da reforma seja vítima da primazia de interesses privados restritos, em detrimento do interesse coletivo, como usualmente tem acontecido.

É hora da sua empresa focar no RECOMEÇO.

Solicite o

Pronampe Solidário RS

no Banrisul e comece a pagar depois de um ano.



Saiba mais em banrisul.com.br/reconstruir

SAC 0800 646 1515 Ouvidoria 0800 644 2200



Federasul estima mínimo de R\$ 110 bilhões para reconstrução do Rio Grande do Sul

/CLIMA

Cálculos divulgados pelo vice-presidente e coordenador da divisão de Economia da Federasul, Fernando Marchet, mostraram os profundos impactos das enchentes no RS. Os dados do relatório apontam uma necessidade de R\$ 110 bilhões a R\$ 176 bilhões em investimentos para reconstruir a infraestrutura perdida devido à catástrofe.

A projeção leva em consideração informações históricas do governo federal, estimativa de mercado com base em infraestrutura, além de dados do Fundo Monetário Internacional. Marchet também apresentou o impacto das enchentes em todas as áreas da economia - como pecuária e agricultura -, mas acredita que os prejuízos totais ainda não foram totalmente contabilizados. "A falta de dados não permite uma análise mais consistente em

alguns setores. Ainda há muitas respostas a serem dadas", explica o especialista. O relatório, elaborado pela equipe da Consultoria Empresarial Bateleur, aponta que, nos últimos 30 anos, cerca 20% dos prejuízos nacionais com desastres climáticos estão concentrados no Estado. Isso representaria cerca de R\$ 100 bilhões. Ou seja, segundo a estimativa da Federasul, o custo de reconstrução do RS após as chuvas deste ano ultrapassa o total gasto nas últimas três décadas.

A catástrofe, explica Marchet, vai frear drasticamente o avanço da economia gaúcha. "O RS vinha crescendo acima da média do Brasil, com uma projeção de 4% neste ano", afirma. No entanto, após as chuvas, a estimativa caiu para -0,77%. "Pode parecer pouco, mas é uma queda de cinco pontos percentuais de acordo com a nossa estimativa. Em um cenário pessimista, pode ser arrastada para

pior ainda, até -2%." Marchet afirmou que o cenário empresarial de acesso ao crédito para reconstrução também é difícil. "Temos

uma realidade em que muitas das garantias que as empresas davam para os bancos, estão literalmente embaixo d'água", ex-

plica. Ele também apontou uma tendência de aumento do endividamento das empresas afetadas pelas enchentes.



GUSTAVO GARBINO/PMPA/JC

Relatório indica que catástrofe climática vai frear de forma drástica o avanço da economia do Estado